

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo
Helton Fonseca Bernardes
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Olavo Monteiro Mascarenhas
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bitar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: caopjdcdh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 955/2019-PGJ, DE 19.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar o nome da Procuradora de Justiça Jaceguara Dantas da Silva para concorrer à vaga destinada a membro do Ministério Público dos Estados para integrar o Conselho Nacional de Justiça, para os fins de cumprimento do que dispõe o artigo 103-B, inciso XI, da Constituição Federal.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 907/2019-PGJ, DE 18.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Miguel Vieira da Silva 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2005 a 6 de janeiro de 2006, a serem usufruídos nos dias 16 e 17.4.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 901/2019-PGJ, DE 18.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Procurador de Justiça Francisco Neves Junior, na qualidade de titular, e a Promotora de Justiça de Três Lagoas Ana Cristina Carneiro Dias, na qualidade de suplente, para, sem prejuízo de suas funções, representarem o Ministério Público Estadual no Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana de Mato Grosso do Sul, CEDHU/MS; e revogar a Portaria nº 811/2018-PGJ, de 28.2.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 902/2019-PGJ, DE 18.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Procurador de Justiça Francisco Neves Junior, na qualidade de titular, e a Promotora de Justiça de Três Lagoas Ana Cristina Carneiro Dias, na qualidade de suplente, para, sem prejuízo de suas funções, comporem o Comitê Estadual para Refugiados, Migrantes e Apátridas no Estado de Mato Grosso do Sul, CERMA/MS; e revogar a Portaria nº 1393/2017-PGJ, de 26.4.2017.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 903/2019-PGJ, DE 18.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Procurador de Justiça Francisco Neves Junior, na qualidade de titular, e a Promotora de Justiça de Três Lagoas Ana Cristina Carneiro Dias, na qualidade de suplente, para, sem prejuízo de suas funções, comporem o Comitê de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de Mato Grosso do Sul, CETRAP/MS; e revogar a Portaria nº 812/2018-PGJ, de 28.2.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 897/2019-PGJ, DE 18.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Convocar os Promotores de Justiça com atribuição na área criminal e de direitos humanos para participarem do VII Encontro Estadual do Ministério Público de Mato Grosso do Sul na Lei Maria da Penha, a ser realizado no dia 29 de março de 2019, das 13h30min às 17h30min, no Auditório Dr. Nereu Aristides Marques, na sede do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Rua Pres. Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, em Campo Grande – MS.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 898/2019-PGJ, DE 18.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça José Antonio Alencar 3 (três) dias de férias compensatórias, sendo 1 (um) dia referente ao recesso forense de 22 a 31 de dezembro de 1999, e 2 (dois) dias referentes ao recesso forense de 22 a 31 de dezembro de 2004, a serem usufruídos nos dias 19.6, 1º e 2.7.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 899/2019-PGJ, DE 18.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça José Antonio Alencar 8 (oito) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos períodos de 17 a 24.10.2018 e 27.2 a 7.3.2019, a serem usufruídos nos dias 24, 25, 26, 27 e 28.6, 3, 4 e 5.7.2019, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso I, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 900/2019-PGJ, DE 18.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar a Promotora de Justiça de Nioaque, Mariana Sleiman Gomes, a se ausentar da referida Comarca nos dias 14 e 15.3.2019, para participar do “Seminário CNMP e MPRJ: Perspectivas sobre o Combate à Corrupção”, na sede do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro/RJ.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 904/2019-PGJ, DE 18.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 513/2019-PGJ, de 13.2.2019, na parte que concedeu à Promotora de Justiça Juliana Nonato compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, referente aos dias 25.2, 26, 27 e 31.5.2018, que seria usufruída nos dias 11, 12, 13 e 14.3.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 905/2019-PGJ, DE 18.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 692/2019-PGJ, de 26.2.2019, que estabeleceu a Escala de Plantão dos Promotores de Justiça, referente ao mês de março de 2019, de forma que, onde consta:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUAQUEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO			
16 e 17.3.2019	PJ de Sete Quedas	Gilberto Carlos Altheman Júnior	99312-3890
23 e 24.3.2019	2ª PJ de Mundo Novo	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	98462-9219
REGIÃO 6 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ, NAVIRAÍ E ITAQUIRAÍ			
16 e 17.3.2019	1ª PJ de Naviraí	Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior	99977-4355
30 e 31.3.2019	1ª PJ de Caarapó	Fernanda Rottili Dias	99980-3294 98478-2066

Passe a constar:

PERÍODO DO PLANTÃO	PROMOTORIA DE JUSTIÇA	PROMOTOR(A) DE JUSTIÇA	TELEFONE DO PLANTÃO
REGIÃO 5 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE SETE QUEDAS, IGUAQUEMI, ELDORADO E MUNDO NOVO			
16 e 17.3.2019	2ª PJ de Mundo Novo	Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto	98462-9219
23 e 24.3.2019	PJ de Sete Quedas	Gilberto Carlos Altheman Júnior	99312-3890
REGIÃO 6 - PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE CAARAPÓ, NAVIRAÍ E ITAQUIRAÍ			
16 e 17.3.2019	1ª PJ de Caarapó	Fernanda Rottili Dias	99980-3294 98478-2066
30 e 31.3.2019	1ª PJ de Naviraí	Paulo da Graça Riquelme de Macedo Junior	99977-4355

PAULO CEZAR DOS PASSOS
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 906/2019-PGJ, DE 18.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe 2 (dois) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 16 e 17.6.2018, a serem usufruídos nos dias 30 e 31.5.2019, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 908/2019-PGJ, DE 18.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 2º Promotor de Justiça de Costa Rica, Bolivar Luis da Costa Vieira, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a Sessão Plenária do Tribunal do Júri, no julgamento do Processo nº 0009905-94.2015.8.12.0001, no dia 22.3.2019, na 2ª Vara do Tribunal do Júri da comarca de Campo Grande.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 909/2019-PGJ, DE 18.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar a Promotora de Justiça Ana Cristina Carneiro Dias a participar da I Reunião Ordinária do ano de 2019 do Grupo Nacional de Direitos Humanos, GNDH, que ocorrerá no período de 27 a 29.3.2019, na sede do Ministério Público do Estado da Bahia, em Salvador, BA.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 910/2019-PGJ, DE 18.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4101/2018-PGJ, de 4.12.2018, na parte que concedeu o 1º período de férias ao Promotor de Justiça Estéfano Rocha Rodrigues da Silva, que seriam usufruídas no período de 22.4 a 1º.5.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 914/2019-PGJ, DE 18.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar as Promotoras de Justiça Fabrícia Barbosa Lima e Ludmila de Paula Castro e Silva a se ausentarem das suas comarcas nos dias 2 e 3.5.2019, para participarem do “VI Congresso do Fórum Nacional dos Membros do Ministério Público da Infância e Adolescência (PROINFÂNCIA)”, no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro/RJ.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 915/2019-PGJ, DE 18.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Autorizar a Promotora de Justiça Luciana do Amaral Rabelo para participar do seminário “Acordos penais: aspectos técnicos e diretrizes. O MP se preparando para a mudança de paradigmas”, nos dias 10 e 11.4.2019, na sede do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), em Brasília/DF.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 916/2019-PGJ, DE 18.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 3ª Promotora de Justiça da comarca de Sidrolândia, Clarissa Carlotto Torres, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar na 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Aquidauana, a partir de 18.3.2019, pelo período de 30 (trinta) dias.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 918/2019-PGJ, DE 18.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Henrique Franco Cândia 5 (cinco) dias de férias remanescentes, referentes ao período aquisitivo 2015/2016, a serem usufruídos no período de 11 a 15.3.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e tornar sem efeito a Portaria nº 864/2019-PGJ, de 12.3.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 927/2019-PGJ, DE 18.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 63º Promotor de Justiça de Campo Grande, Ricardo Benito Crepaldi, para, sem prejuízo de suas funções, atuar na audiência de instrução de julgamento designada para o dia 19.3.2019, às 13h30min, perante a 6ª Vara Criminal da referida Comarca, referente aos Autos nº 0028146-53.2014.8.12.0001.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 865/2019-PGJ, DE 12.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Incluir nas Portarias nºs 3204/2016-PGJ, de 7.11.2016, 1275/2018-PGJ, de 11.4.2018, e 1858/2018-PGJ, de 30.5.2018, que designaram servidores para, sem prejuízo de suas funções, comporem a Comissão responsável pelo Projeto de Implantação da Governança de TI no âmbito do Ministério Público Estadual, o período de vigência da designação: “até 31.12.2020”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 866/2019-PGJ, DE 13.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Alterar as Portarias nºs 1444/2016-PGJ, de 17.5.2016, 2394/2017-PGJ, de 21.7.2017, e 3596/2017-PGJ, de 18.10.2017, que designaram servidores para, sem prejuízo de suas funções, comporem a Comissão de Padronização e Definição de Formatos Oficiais para Publicação Digital de Documentos, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, de modo que, onde consta “até a conclusão dos trabalhos” e “até ulterior deliberação”, passe a constar “até 31.12.2020”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 873/2019-PGJ, DE 13.3.2019

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Incluir nas Portarias nºs 1506/2016-PGJ, de 20.5.2016, 2717/2016-PGJ, de 16.9.2016, 2942/2016-PGJ, de 6.10.2016, e 1663/2017-PGJ, de 22.5.2017, que designaram servidores para, sem prejuízo de suas funções, comporem o Comitê de Execução que tem por finalidade o acompanhamento acerca do desenvolvimento do SAJ/MP, o período de vigência da designação: “até 31.12.2020”.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 919/2019-PGJ, DE 18.3.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Sônia Lopes Chagas, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 14 (quatorze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 12 a 25.3.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 920/2019-PGJ, DE 18.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Sandra Maria Albino de Souza Garcia, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 1 (um) dia de licença para tratamento de saúde, no dia 25.2.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA Nº 921/2019-PGJ, DE 18.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Lílían Cristina Marques Dias, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 18.2 a 4.3.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 922/2019-PGJ, DE 18.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Tânia Batista Rosa Buzzachera, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 1º a 15.3.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 926/2019-PGJ, DE 18.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Helena Rocha Rodovalho, Chefe do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Secretaria de Gestão de Pessoas, no período de 18 a 22.3.2019, em razão de férias do titular, Fabiano Alves Davy.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

PORTARIA N° 930/2019-PGJ, DE 19.3.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Jonise Rodrigues Vieira, ocupante do cargo efetivo de Analista, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, a partir de 7.3.2019, inicial, nos termos do inciso II do artigo 130 e do artigo 146, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c os artigos 25 e 26 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

CONSELHO SUPERIOR**DELIBERAÇÕES PROFERIDAS PELO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12 DE MARÇO DE 2019.****7. Ordem do dia:**

Incluído na ordem do dia a pedido do Presidente do Conselho Superior: 1. Aprovar *ad referendum* o Memorando nº 15/2019/21ª Proc. Just. Campo Grande de 08.03.2019 em que o Procurador de Justiça e Conselheiro Silasneiton Gonçalves manifesta previamente o seu impedimento para atuar em procedimento e expedientes em geral provenientes das Promotorias de Justiça de Miranda/MS, tendo em vista ser o genitor da Promotora de Justiça titular da 2ª Promotoria de Justiça de Miranda, Cinthia Giselle Gonçalves Latorraca e da 1ª Promotoria de Justiça de Miranda, em decorrência lógica da substituição.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, referendou o Memorando nº 15/2019/21ª Proc. Just. Campo Grande, sem ressalvas.

7.1. Julgamento de Inquéritos Cíveis e Procedimentos:**7.1.1. RELATOR-CONSELHEIRO ANTONIO SIUFI NETO:****1. Inquérito Civil nº 06.2017.00001774-6.**

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Fazenda Guavirá

Assunto: Apurar a presença de danos ambientais na propriedade rural denominada Fazenda Guavirá.

EMENTA: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE IGUATEMI/MS - APURAR A OCORRÊNCIA DE IRREGULARIDADES JURÍDICO-AMBIENTAIS NA FAZENDA GUA VIRÁ - DANO AO SOLO - CONSTATAÇÃO DE PROCESSOS EROSIVOS (VOÇOROCA) - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2018.00004396-0 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas, razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil Nº 06.2018.00001664-0

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bela Vista

Requerente: DAEX

Requerida: Fazenda do Chefão

Assunto: Apurar dano ambiental causado no imóvel Fazenda do Chefão de propriedade de Maria Loureiro Pinheiro, às margens do rio Apa.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - AMBIENTAL – MUNICÍPIO DE BELA VISTA - APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL NA FAZENDA DO CHEFÃO - PRESENÇA DE PEQUENO PROCESSO EROSIVO - IMPLANTAÇÃO DO PRAD E NA PROPRIEDADE - INSUFICIÊNCIA DE ÁREA DE RESERVA LEGAL - INSCRIÇÃO DO IMÓVEL NO CAR – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A promoção de arquivamento merece ser homologada, haja vista que os pequenos danos ambientais encontrados na propriedade investigada já estão sendo mitigados o proprietário inscreveu o imóvel no cadastro ambiental rural (CAR), estando regularizada sua situação ambiental. Inscrito o imóvel rural no CAR junto ao órgão ambiental municipal ou estadual, com a sua identificação e localização da Reserva Legal, estará regular o proprietário perante as novas exigências do Código Florestal em vigor (artigo 18, §4º).

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.1.2. RELATOR-CONSELHEIRO BELMIRES SOLES RIBEIRO:**1. Inquérito Civil nº 06.2015.00000113-5**

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano ambiental na fazenda Vaca Branca (antiga fazenda Mangabeira), no Município de Paraíso das Águas, consistente em degradação da nascente, por falta de isolamento da APP, e desvio do curso d'água sem autorização do órgão ambiental competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CHAPADÃO DO SUL/MS - APURAR EVENTUAL DANO AMBIENTAL NA FAZENDA BRANCA (ANTIGA FAZENDA MANGABEIRA), NO MUNICÍPIO DE PARAÍSO DAS ÁGUAS, CONSISTENTE EM DEGRADAÇÃO DA NASCENTE, POR FALTA DE ISOLAMENTO DA APP, E DESVIO DO CURSO D'ÁGUA SEM AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO (nº 09.2019.00000056-3) PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas (Procedimento Administrativo nº 09.2019.00000056-3 fl. 282), razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2015.00000143-5

42ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual degradação ambiental em área de preservação permanente do Córrego Bandeira, área úmida e veredas localizadas no imóvel situado na avenida Rita Vieira de Andrade, quadra 10, lote 04, Parcelamento Jardim Auxiliadora.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE CAMPO GRANDE/MS - APURAR EVENTUAL DEGRADAÇÃO AMBIENTAL EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE DO CÓRREGO BANDEIRA, ÁREA ÚMIDA E VEREDAS LOCALIZADAS NO IMÓVEL SITUADO NA AVENIDA RITA VIEIRA DE ANDRADE, LOTE 04, PARCELAMENTO JARDIM AUXILIADORA - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 06.2015.00000143-5 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas (Procedimento Administrativo nº 06.2015.00000143-5 - fl. 187), razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2016.00001428-9

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Daniel Liebernecht

Assunto: Apurar a ocorrência de dano ambiental na propriedade denominada

“Fazenda Vista Alta”, consistente na exploração de vegetação nativa localizada em área de reserva legal sem a devida autorização do órgão ambiental competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR A OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL NA PROPRIEDADE DENOMINADA “FAZENDA ALTA VISTA”, CONSISTENTE NA EXPLORAÇÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA LOCALIZADA EM ÁREA DE RESERVA LEGAL SEM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE, EM PONTA PORÃ/MS - OBJETO IDÊNTICO AO DO INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2016.00001252-5

- PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada, haja vista que o objeto deste inquérito civil é idêntico ao do Inquérito Civil nº 06.2016.00001252-5. Com isso, não subsistem motivos para o prosseguimento do presente procedimento, que deve, portanto, ser arquivado.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00000164-3

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Brasilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual prática de ato de nepotismo, ante a nomeação para cargos em comissão, de confiança e de chefia do casal Roberto Magno e Vania Maria da Silva Pereira; bem como da pessoa de Elizeu Soares irmão do Vereador Oziel Soares, respectivamente Gerente de Núcleo, Diretora de Escola e Chefe do Setor de Tributação.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR EVENTUAL PRÁTICA DE ATO DE NEPOTISMO, EM BRASILÂNDIA/MS - RECOMENDAÇÃO EXPEDIDA - ACATAMENTO - SITUAÇÃO REGULARIZADA - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada, uma vez que as irregularidades inicialmente narradas foram devidamente sanadas, notadamente porque com relação ao servidor Eliseu Soares, este voltou a desempenhar as funções de seu cargo efetivo, encontrando-se, a partir de 01.06.2017, subordinado ao Gerente de Tributos de Núcleo de Tributos. Ademais, no que tange aos servidores Roberto Magno Pereira e Vania Maria da Silva Pereira, restou demonstrado que tal caso se trata de hipótese de servidor efetivo ocupando cargo comissionado, sendo legalmente permitido, independentemente da nomeação ter ocorrido antes ou após o ingresso do agente político ou do servidor que poderia gerar a ilegalidade, desde que não haja subordinação hierárquica entre ambos. Por oportuno, urge salientar que Roberto Magno Pereira foi nomeado em janeiro de 2017 para o cargo em comissão de Gerente de Núcleo de Recursos Humanos, encontrando-se subordinado hierarquicamente ao Secretário Municipal de Administração, bem como a servidora Vania Maria da Silva Pereira foi nomeada para o cargo em comissão de Diretora da Escola Municipal Arthur Hoffig, estando subordinada hierarquicamente ao Secretário Municipal de Educação. Por fim, se constatou o acatamento integral da Recomendação Ministerial nº 02/2017 expedida ao Prefeito Municipal de Brasilândia, para que observe, quando das nomeações de cargos comissionados, as disposições expressamente contidas na Súmula Vinculante nº 13, do Supremo Tribunal Federal.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2017.00001280-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Edviges Coelho Derzi

Assunto: Apurar a situação jurídico ambiental do imóvel rural denominado Fazenda Dois de Ouro, Município de Antônio João/MS (Projeto SOS Rios).

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE PONTAPORÃ/MS - APURAR A SITUAÇÃO JURÍDICO AMBIENTAL DO IMÓVEL RURAL DENOMINADO “FAZENDA DOIS DE OURO”, MUNICÍPIO DE ANTÔNIO JOÃO/MS (PROJETO SOS RIOS) - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2018.00003944-4 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas (Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003944-4 fl. 133), razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2017.00001359-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar a responsabilidade por dano ambiental objeto do Auto de Infração nº 23357 do IMASUL, consubstanciado na exploração ambiental do corte de árvores de madeira sem licença ambiental para tanto por parte de Mauro Mendes da Costa, na Chácara Bálsamo, localizada no Lote 09 do Assentamento Bálsamo, em Nioaque/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE NIOAQUE/MS - APURAR POSSÍVEL EXPLORAÇÃO COMERCIAL DO CORTE DE ÁRVORES DE MADEIRA SEM LICENÇA AMBIENTAL NO ASSENTAMENTO BÁLSAMO - LOCAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO - DEMONSTRAÇÃO DE INTERESSE DA UNIÃO - APLICAÇÃO DO ART. 109, INCISO I, DA CF - DECLÍNIO DAS ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - HOMOLOGADO - INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO 16/2017/CSMP. Da análise dos autos, o Lote 09 da Colônia Nova, localizado no Município de Nioaque/MS, local em que ocorrera a exploração ambiental do corte de árvores de madeira sem licença ambiental, ainda é de propriedade da União, estando sem título definitivo aos beneficiários. Desse modo, uma vez demonstrado interesse da União (art. 109, inciso I, da CF), revela-se escorreita a remessa do alusivo procedimento ao Ministério Público Federal, aplicando-se assim o Enunciado n. 16/2017/CSMP.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00001094-6

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Nioaque

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possível desmatamento de 12,01 hectares ocorrido no Assentamento Andalúcia, lote 39, de propriedade de Anildo Belmonte da Silva.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE NIOAQUE/MS - APURAR POSSÍVEL DESMATAMENTO DE 12,01 HECTARES OCORRIDO NO ASSENTAMENTO ANDALÚCIA - LOCAL DE PROPRIEDADE DO INCRA - DEMONSTRAÇÃO DE INTERESSE DA UNIÃO APLICAÇÃO DO ART. 109, INCISO I, DA CF - DECLÍNIO DAS ATRIBUIÇÕES AO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - HOMOLOGADO - INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO 16/2017/CSMP. Da análise dos autos, constou a ocorrência de dano ambiental em área de propriedade da União, haja vista o Assentamento Andalúcia, local em que ocorrera o desmatamento de 12,01 hectares, tratar-se de propriedade da autarquia federal INCRA. Desse modo, uma vez demonstrado interesse da União (art. 109, inciso I, da CF), revela-se escorreita a remessa do alusivo procedimento ao Ministério Público Federal, aplicando-se assim o Enunciado n. 16/2017/CSMP.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou o declínio de atribuição ao Ministério Público Federal, nos termos do voto do Relator.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00001795-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: José Francisco de Carvalho

Assunto: Apurar eventual dano decorrente do corte de árvores sem autorização ambiental, assim como a regularidade jurídico-ambiental das áreas de reserva legal, preservação permanente e a conservação do solo do imóvel denominado “Fazenda Cachoeirinha”.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE COXIM - APURAR EVENTUAL DANO DECORRENTE DO CORTE DE ÁRVORES SEM AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL, ASSIM COMO A REGULARIDADE JURÍDICO-AMBIENTAL DAS ÁREAS DE RESERVA LEGAL, PRESERVAÇÃO PERMANENTE E A CONSERVAÇÃO DO SOLO DO IMÓVEL DENOMINADO “FAZENDA CACHOEIRINHA” - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO (09.2018.00003913-3) PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas (Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003913-3 fl. 273), razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00001916-0

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Osvaldo Carreteiro Furtado

Assunto: Apurar eventual degradação ambiental a partir de uma nascente onde ocorre erosão laminar com carreamento de sedimentos, os quais acarretam o assoreamento do Córrego Urutal, situado no imóvel rural denominado “Fazenda Retiro Velho”, na cidade de Alcinópolis/MS, de propriedade de Osvaldo Carreteiro Furtado.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE COXIM - APURAR EVENTUAL DEGRADAÇÃO AMBIENTAL A PARTIR DE UMA NASCENTE ONDE OCORRE EROSÃO LAMINAR - DILIGÊNCIAS REALIZADAS - FORMALIZAÇÃO DE TAC - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2018.00003912-2 PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas (Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003912-2 fl. 375), razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00002483-0

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Brasilândia

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar suposta irregularidade e/ou ilegalidade na doação/patrocínio no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) destinado à realização de evento a ser promovido pela Associação Recreativa União.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR SUPOSTA IRREGULARIDADE E/OU ILEGALIDADE NA DOAÇÃO/PATROCÍNIO DESTINADO À REALIZAÇÃO DE EVENTO A SER PROMOVIDO PELA ASSOCIAÇÃO RECREATIVA UNIÃO, EM BRASILÂNDIA/MS - PERDA DO OBJETO - NÃO CONSTATAÇÃO - ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Denota-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada, ante a perda do objeto, uma vez que o Município de Brasilândia informou que a intenção de doar a quantia de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) à Associação Recreativa da União para promoção do rodeio em setembro/2018 não mais subsistia, notadamente em razão da rejeição da autorização legislativa para tanto. Urge salientar que o Secretário Municipal de Planejamento e Finanças afirmou não ter ocorrido o evento, justamente pela ausência de autorização do repasse da verba pelo Poder Legislativo.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

11. Inquérito Civil nº 06.2018.00002555-0

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Maracaju

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerida: Prefeitura Municipal de Maracaju

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário e atenta contra os princípios da Administração Pública, consistente em doação, por Maurílio Ferreira Azambuja e Hélio Albarello, de valor em dinheiro ao cidadão Carlos Krugmann durante período eleitoral, bem como eventual ilícito eleitoral, consistente em captação de sufrágio, decorrente de promessa ao eleitor Carlos Krugmann, com o fim de obter-lhe o voto, emprego ou função na Administração Pública.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - COMARCA DE MARACAJU/MS - DENÚNCIA - APURAR SUPOSTA DOAÇÃO DE VALORES DURANTE PERÍODO ELEITORAL - IRREGULARIDADE NÃO CONSTATADA - PERDA DO OBJETO - FALTA DE JUSTA CAUSA PARA PROSSEGUIMENTO DO FEITO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGADA. Verifica-se que não se constatou a entrega de valores por parte do Prefeito Municipal Maurílio Ferreira Azambuja e Hélio Albarello, bem como não restou comprovado nos autos a promessa de cargo público, tampouco pedido de votos por parte de ambos. De acordo com as diligências empreendidas, não se constatarem indícios de dano ao patrimônio público e social, de crime e/ou de abuso do poder econômico/político apto a ensejar a atuação ministerial. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Promoção de arquivamento homologada.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

12. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002773-7

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ribas do Rio Pardo

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Phoenix Geração de Energia S/A., Savana Geração de Energia S/A.

Assunto: Apurar eventual descumprimento dos planos, programas e projetos aprovados e/ou ausência da Licença de Instalação supostamente emitida pelo IMASUL para construção da PCH Pequena Central Hidrelétrica Verde 4 no Município de Ribas do Rio Pardo.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO INSTAURADO PARA APURAR EVENTUAIS DESCUMPRIMENTOS DOS PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS APROVADOS E/OU AUSÊNCIA DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO SUPOSTAMENTE EMITIDA PELO IMASUL PARA CONSTRUÇÃO DA PCH - PEQUENA CENTRAL HIDRELÉTRICA VERDE 4 - NO MUNICÍPIO DE RIBAS DO RIO PARDO/MS - AUSÊNCIA DE DANO - LICENÇA DE INSTALAÇÃO – DEVIDAMENTE ATENDIDA - INEXISTÊNCIA DE IRREGULARIDADES A SEREM SANADAS - ATUAÇÃO RESOLUTIVA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Compulsando os autos, verifica-se que a promoção de arquivamento merece ser homologada, haja vista a ausência de comprovação do dano ambiental na construção da PCH Pequena Central Hidrelétrica Verde 4 no Município de Ribas do Rio Pardo, tampouco a necessidade de medidas para preservar ou minimizar impactos no empreendimento em questão. Reforçando a assertiva de ausência de irregularidades, cumpre salientar que não houve qualquer indicativo de violação às exigências ambientais constantes na Licença de Instalação nº 54/2015, bem como que a fiscalização vem sendo exercida pelo órgão competente (IMASUL). Desse modo, não restou comprovado o dano ambiental no local, não havendo que se falar em continuidade das investigações.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

13. Inquérito Civil nº 17/2012

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Terenos

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Aguinaldo Ferreira

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental, no pesqueiro de Aguinaldo Ferreira, na região de Palmeiras, em Terenos, pela construção de edificação potencialmente poluidora em Área de Preservação Permanente, sem licença do órgão ambiental competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR EVENTUAL OCORRÊNCIA DE DANO AMBIENTAL, NO PESQUEIRO DE AGUINALDO FERREIRA, NA REGIÃO DE PALMEIRAS, PELA CONSTRUÇÃO DE EDIFICAÇÃO POTENCIALMENTE POLUIDORA EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE, SEM LICENÇA DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE, EM TERENOS/MS – RETORNO DO FEITO – CUMPRIMENTO INTEGRAL DO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – IMÓVEL INSCRITO NO CADASTRO AMBIENTAL RURAL (FAZENDA PONTAL DO CACHOEIRÃO) – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO NÃO HOMOLOGADA Denota-se que a promoção de arquivamento deve ser homologada pelo Conselho Superior do Ministério Público, em virtude dos argumentos acima expostos. Primeiramente, ante o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta de fls. 376/382, cujas obrigações eram: a) elaborar Projeto de Recuperação de Área Degradada junto ao IMASUL (fl. 390); b) regularizar ou retirar todas as edificações existentes dentro da área de preservação permanente; c) plantar espécies nativas na área de preservação permanente; d) deixar de realizar intervenções negativas na área de preservação permanente, bem como dentro da reserva legal; e) em caso de venda do imóvel, cientificar a outra parte da existência do termo de ajustamento de conduta. Outrossim, dada as peculiaridades que envolvem o presente feito, notadamente no que se refere à impossibilidade de desmembrar a área de 02 hectares cedidos através de comodato para inserir um novo CAR sem que houvesse problema de sobreposição, haja vista existir uma porcentagem da reserva legal da Fazenda Pontal do Cachoeirão dentro desta área objeto dos autos. Por oportuno, cumpre ressaltar que a Fazenda Pontal do Cachoeirão possui inscrição no Cadastro Ambiental Rural sob o nº CARMS0061747.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

14. Inquérito Civil nº 2/2008

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar notícia de assoreamento da nascente do córrego Mário Rosa, localizado no município de Ponta Porã/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR NOTÍCIA DE ASSOREAMENTO DA NASCENTE DO CÓRREGO MÁRIO ROSA, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ARAL MOREIRA/MS –DILIGÊNCIAS REALIZADAS – FORMALIZAÇÃO DE TAC – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO (09.2018.00003855-6 – fl. 337) PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas (Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003855-6 – fl. 337), razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

15. Inquérito Civil nº 1/2007

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Arino Fonseca Marques

Assunto: Apurar dano ambiental consistente em desmatar florestas e demais formas de vegetação em área da fazenda Lagoinha, sem licença do órgão ambiental competente.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – APURAR DANO AMBIENTAL CONSISTENTE EM DESMATAR FLORESTAS E DE MAIS FORMAS DE VEGETAÇÃO EM ÁREA DA FAZENDA LAGOINHA, SEM LICENÇA DO ÓRGÃO AMBIENTAL COMPETENTE – DILIGÊNCIAS REALIZADAS – FORMALIZAÇÃO DE TAC – INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO (09.2018.00004013-0) PARA ACOMPANHAMENTO DO TAC - RESOLUÇÃO Nº 005/CPJ/2015 - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO – HOMOLOGAÇÃO. O artigo 3º da Resolução nº 005/CPJ/2015 do Colégio de Procuradores de Justiça passou a prever a possibilidade de instauração de Procedimentos Administrativos para acompanhamento de TAC- Termo de Ajustamento de Conduta celebrado no bojo dos Inquéritos Cíveis ou de Procedimentos Preparatórios, possibilitando assim, o arquivamento dos autos principais. O caso em tela se enquadra nessa possibilidade, haja vista que o presente inquérito civil possui TAC celebrado, e já foi instaurado Procedimento Administrativo no SAJ/MP para acompanhamento das cláusulas avençadas (Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004013-0 – fl. 360), razão pela qual deve ser homologada a Promoção de Arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

16. Inquérito Civil nº 5/2016

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Bandeirantes

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade e/ou ato de improbidade administrativa no que tange à utilização de veículos oficiais pertencentes ao município de Jaraguari/MS, para fins particulares.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE BANDEIRANTES/MS – APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE E/OU ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NO QUE TANGE À UTILIZAÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE JARAGUARI/MS, PARA FINS PARTICULARES – ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO – RECOMENDAÇÃO MINISTERIAL DEVIDAMENTE ACATADA – ATUAÇÃO MINISTERIAL RESOLUTIVA- PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Primeiramente, no que tange à denúncia sobre suposto uso indevido de veículos públicos do Município de Jaraguari para fins privados, não restou devidamente comprovado. Por outro lado, se constatou o acatamento integral da Recomendação Ministerial nº 07/2016 expedida aos servidores públicos dos Poderes Executivo e Legislativo, para que se abstenham de utilizar veículos/máquinas públicas em atividades que não sejam de interesse estritamente público; aos Prefeitos Municipais e Presidentes das Câmaras Municipais de Bandeirantes e de Jaraguari, para que identifiquem devidamente os veículos oficiais; aos Prefeitos Municipais e Presidentes das Câmaras Municipais de Bandeirantes e de Jaraguari, para que fiscalizem a utilização indevida de veículos/máquinas públicas, adotando as medidas necessárias no exercício do poder de polícia; e à Prefeitura Municipal de Jaraguari, para que adote as providências necessárias ao reparo do veículo de placas HQH8320, o cadastramento dos veículos de placas HQH4261 e HRC7613 e à quitação dos débitos da frota oficial junto ao DETRAN/MS (fls. 974/994). A Prefeitura Municipal de Jaraguari salientou que o Processo nº 892/2018 que realizou a contratação dos sistemas desta Prefeitura, também incluiu sistema mais eficiente de controle de frota. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

17. Inquérito Civil nº 6/2014

Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Rio Verde de Mato Grosso

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Antônio J. da Silva Neto-ME, Aquino e Flores Ltda., Ledio Roque Pasolini e o município de Rio Verde Mato Grosso

Assunto: Apurar suposta fraude na contratação de empresas para publicação de atos institucionais da Prefeitura Municipal de Rio Verde de Mato Grosso, referentes aos Processos nº 102, 003, 005, 007 e 011/2013, celebrados com as empresas requeridas.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – COMARCA DE RIO VERDE DE MATO GROSSO/MS – APURAR A REGULARIDADE DA DISPENSA DE LICITAÇÃO E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EM CARÁTER EMERGENCIAL, DE COSUMO DE LIMPEZA, ALIMENTÍCIOS, UNIFORMES E BONÉS PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE OBRAS, COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, E LOCAÇÃO DE UM CAMINHÃO COLETOR DE LIXO – ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVADO – PERDA DO OBJETO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. A denúncia anônima carece de verossimilhança, tendo em vista que não restou comprovada irregularidade na dispensa de licitação, pois as contratações referentes aos Processos Administrativos 102/2013, 003/2013, 007/2013, 29/2013 (o qual se subdivide em 29/2013 e 10/2013) e 011/2013 foram devidamente firmadas com empresas que exercem atividade econômica no ramo específico dos contratados, bem como não restou comprovado a ocorrência de superfaturamento. Ato de improbidade administrativa não comprovado. Perda do objeto. Falta de justa causa para o prosseguimento das investigações. Vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.1.3. RELATOR-CONSELHEIRO JOÃO ALBINO CARDOSO FILHO:**1. Inquérito Civil nº 06.2015.00000172-4**

30ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Assunto: Apurar eventual irregularidade consistente no pagamento, pela Secretaria Municipal de Saúde, de plantões médicos não realizados, conforme informado pelo Secretário Municipal de Saúde em ata de reunião realizada em 12/08/2015.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL – PAGAMENTO IRREGULAR DE VERBAS DE PLANTÕES MÉDICOS - VALORES PAGOS INDEVIDAMENTE DEVOLVIDOS - CONTROLE REALIZADO PELO PODER PÚBLICO - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que apesar de ter ocorrido o pagamento irregular de verbas de plantões médicos, a Secretaria Municipal de Saúde adotou medidas para solucionar os problemas encontrados, bem como instaurou procedimentos administrativos para apurar as condutas dos servidores que receberam valores a mais, realizando descontos em folhas de pagamento, para a devolução dos referidos valores pagos indevidamente. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

2. Inquérito Civil nº 06.2016.00000429-1

11ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dourados

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Nogueira Transporte Ltda - ME

Assunto: Apurar a regularidade ambiental do exercício da atividade de fabricação de ração para animais, no empreendimento descrito, bem como colher informações, depoimentos, documentos e outras provas para elucidação da verdade, adequação dos fatos à legislação em vigor e eventual - imposição das penalidades legais.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - DANO AMBIENTAL - FÁBRICA DE RAÇÕES SEM DOCUMENTAÇÃO E COM EMISSÃO DE RUÍDOS E ODORES PREJUDICIAIS À VIZINHANÇA - IRREGULARIDADES SANADAS - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que, a empresa requerida providenciou junto aos órgãos competentes toda documentação necessária para o seu regular funcionamento. Ademais, conforme Manifestação Técnica do IMASUL, a fábrica se encontra temporariamente sem atividade, bem como não houve a constatação de ruídos ou odores prejudiciais à comunidade, havendo o cumprimento de todas as exigências solicitadas. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

3. Inquérito Civil nº 06.2017.00000904-6

31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Escola Estadual Orcírio Thiago de Oliveira

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na Escola Estadual Orcírio Thiago de Oliveira.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IRREGULARIDADE NA ADMINISTRAÇÃO DE ESCOLA ESTADUAL - IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - SUPOSTO DANO AO ERÁRIO - NÃO COMPROVAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que conforme Relatório Final do Processo Administrativo Disciplinar nº 29/018855/2017, instaurado pela Secretaria de Estado de Educação para averiguar as denúncias noticiadas, verificou-se que não houve a constatação de qualquer irregularidade, visto que as prestações de contas da instituição de ensino foram devidamente homologadas, havendo recibos e planilhas de gastos compatíveis com os serviços prestados. Desse modo, ante a não comprovação das irregularidades investigadas, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

4. Inquérito Civil nº 06.2017.00001632-5

1ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Iguatemi

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: OI S.A.

Assunto: Apurar violação difusa a direitos do consumidor em razão da péssima qualidade dos serviços de internet banda larga prestado pela empresa OI S/A no município de Iguatemi.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERNET BANDA LARGA NO MUNICÍPIO DE IGUATEMI - INVESTIMENTO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS FORNECIDOS - IRREGULARIDADE SANADA - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que a empresa OI S.A efetuou a ampliação do serviço de internet banda larga no município, bem como realizou investimento na compra de novos aparelhos de distribuição de sinal, não havendo mais a ocorrência de reclamações entre os consumidores. Desse modo, ante o saneamento das irregularidades inicialmente constatadas, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

5. Inquérito Civil nº 06.2018.00000020-4

Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Dois Irmãos do Buriti

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Maria Kikue Sakamoto

Assunto: Apurar a regularização ambiental do imóvel objeto da ficha cadastral 0170 SOS Rios.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - DANO AMBIENTAL - ENUNCIADO nº 11/2017 - APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS SOLICITADOS - IRREGULARIDADE SANADA - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que, após a instauração de inquérito civil coletivo referente ao diagnóstico ambiental das propriedades que margeiam o Rio Aquidauana, a proprietária do imóvel rural apresentou todos os documentos solicitados pelo Parquet, bem como sanou a irregularidade encontrada, havendo desse modo, a incidência do Enunciado nº 11/2017, deste Egrégio Conselho. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

6. Inquérito Civil nº 06.2018.00000064-8

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Brillhante

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Gustavo Sartori Foletto

Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente da supressão de árvores nativas e isoladas, sem a devida autorização do órgão ambiental competente, na Fazenda Sussuarana, localizada no município de Rio Brillhante/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - DANO AMBIENTAL - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDOTA - TAC DE ACORDO COM O ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - TAC HOMOLOGADO - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO Nº 15/2012 PGJ - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado no art. 33 ao art. 43

da Resolução PGJ n.º 15/2007, devendo ser homologado. De outro norte, verifica-se que houve a instauração de procedimento administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da Resolução n.º 15/2012 da PGJ, tornando-se despiciendo o seguimento do presente Inquérito Civil. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7. Inquérito Civil nº 06.2018.00000083-7

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Chapadão do Sul

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Empresa Energética Porto das Pedras S.A e João Roque Buzoli

Assunto: Apurar suposto dano ambiental nas margens do rio Sucuriú, no município de Chapadão do Sul, descrito no Laudo de Constatação n.º 3518 da Polícia Militar Ambiental.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - DANO AMBIENTAL - SUPOSTAS CONSTRUÇÕES EM APP DO RIO SUCURIÚ - SANEAMENTO - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que conforme vistoria in loco, realizada pelo representante ministerial, foi constatado o saneamento das irregularidades ora investigadas, não havendo mais qualquer outro dano ambiental a ser reparado. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

8. Inquérito Civil nº 06.2018.00000604-2

2.ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL

Assunto: Apurar o despejo de esgoto da SANESUL no Córrego Bonito.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - DANO AMBIENTAL - SUPOSTA CONTAMINAÇÃO DE LEITO D'ÁGUA - DESTINAÇÃO IRREGULAR DE ESGOTO PELA EMPRESA SANESUL - NÃO COMPROVAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que, conforme relatórios de vistoria realizados pela Polícia Militar Ambiental e pelo IMASUL, não se comprovou despejo de esgoto no Córrego Bonito, bem como não se constatou qualquer irregularidade na estação de tratamento de esgoto no município. Desse modo, ante a não comprovação das irregularidades noticiadas, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

9. Inquérito Civil nº 06.2018.00000621-0

1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Naviraí

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Fazenda Bom Jesus, áreas 01, 02 e 03

Assunto: Apurar a regularidade ambiental de propriedade rural.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - DANO AMBIENTAL - DESOBEDIÊNCIA ÀS NORMAS AMBIENTAIS - LAUDO DE VISTORIA COMPROVANDO FAIXA FLORESTAL MARGINAL COM LARGURA INFERIOR A 30M - DILIGÊNCIAS FALTANTES - LAUDO DE VISTORIA COMPROVANDO A RECOMPOSIÇÃO DA ÁREA - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - NÃO HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que não foi respeitada a largura de 30 metros de faixa florestal marginal no Córrego São José, fazendo-se necessária a realização de vistoria para comprovar se houve a recomposição do dano ambiental na área de preservação permanente, com o plantio de árvores no local, ou, que seja firmado TAC com esse objetivo. Desse modo, voto pela NÃO homologação da promoção de arquivamento, com o consequente retorno dos presentes autos à Promotoria de Justiça de origem para que realize as diligências aqui estabelecidas.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

10. Inquérito Civil nº 06.2018.00001181-2

1ª Promotoria de Justiça dos Direitos Constitucionais do Cidadão da comarca de Coxim

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Conselho Municipal de Saúde de Coxim

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na organização e eleição dos membros do Conselho Municipal de Saúde de Coxim.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - IRREGULARIDADES NO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE COXIM - FALTA DE INFRAESTRUTURA PARA ATENDIMENTO - ERRO DE PROCEDIMENTO NA REALIZAÇÃO DA

ELEIÇÃO DOS CONSELHEIROS - IRREGULARIDADES SANADAS - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos que, conforme informações prestadas, o procedimento para realização das eleições dos conselheiros foi reformulado, adequando-se às normas vigentes. Do mesmo modo, estabeleceu-se uma sede para o órgão, com acesso a banheiros e salas de atendimento ao público, bem como adquiriu-se equipamentos para a melhor execução dos trabalhos. Assim, constata-se que as irregularidades foram sanadas. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

11. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002586-1

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Costa Rica

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Empresa Carrão Baterias LTDA EPP e Fabio Augusto Bonilha Fernandes.

Assunto: Apurar eventual prática de crime ambiental cometido pelos requeridos, consistente no transporte de produtos (baterias) perigosos ao meio ambiente, em desacordo com exigências estabelecidas em lei.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO – DANO AMBIENTAL - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM OS ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - TAC HOMOLOGADO – CUMPRIMENTO - INSTAURADO TCO PARA APURAR EVENTUAL CRIME AMBIENTAL - ATUAÇÃO DO PARQUET COM RESOLUTIVIDADE - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) encontra-se de acordo com o regramento capitulado nos art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ n.º 15/2007, devendo ser homologado. De outro norte, verifica-se que houve o cumprimento integral do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado, tendo sido recolhida a quantia fixada a título de indenização, inexistindo outras medidas reparatórias pendentes. Ademais, foi instaurado Termo Circunstanciado de Ocorrência visando apurar eventual crime ambiental. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

12. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002601-6 - SIGILOSO

29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Paulo de Oliveira Lima

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa narrado no ofício nº 658/2018/Segab PGJ, encaminhado pela 32.ª PJ da Saúde Pública.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ESTÉTICOS PELO SUS – IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NÃO COMPROVAÇÃO - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que não se comprovaram irregularidades nos procedimentos médicos realizados pelo requerido, visto que as supostas lipoaspirações foram realizadas para facilitar as cirurgias de reparação de cicatrizes, evitando a ruptura de pontos e complicações pós-operatórias. Ainda, conforme relatos das profissionais de enfermagem, para a realização de lipoaspiração estética deveria haver diversos equipamentos que nunca foram solicitados pelo médico. Ademais, não se comprovou alteração na ordem cronológica de atendimento nas cirurgias, visto que o requerido seguia uma planilha de atendimentos, bem como as pacientes esperaram mais de ano para realizarem as cirurgias reparadoras. Desse modo, voto pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

13. Procedimento Preparatório nº 06.2018.00003169-6

2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Ivinhema

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Ronivon Flávio Rodrigues

Assunto: Apurar possível ocorrência de danos ambientais decorrentes de corte de árvores nativas sem a devida licença ambiental, na propriedade rural localizada na Linha Água da Onça, lote nº 654, Novo Horizonte do Sul.

EMENTA: PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO - DANO AMBIENTAL - CELEBRAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - TAC DE ACORDO COM OS ART. 33 AO 43 DA RESOLUÇÃO N.º 15/2007 - TAC HOMOLOGADO - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO VISANDO ACOMPANHAR E FISCALIZAR SEU CUMPRIMENTO - INCIDÊNCIA DO ART. 39 DA RESOLUÇÃO Nº 15/2012 PGJ - PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO - HOMOLOGAÇÃO. Depreende-se dos presentes autos, que o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), encontra-se de acordo com o regramento capitulado nos art. 33 ao art. 43 da Resolução PGJ nº 15/2007, devendo ser homologado. Do outro norte, verifica-se que houve a instauração de procedimento

administrativo, com o fim de acompanhar e fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme preceitua o art. 39 da resolução nº 15/2012 da PGJ, tornando-se despiciendo o seguimento do presente Procedimento Preparatório. Desse modo, voto pela homologação do arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

7.1.4. RELATOR-CONSELHEIRO ALEXANDRE LIMA RASLAN:

1. Inquérito Civil nº 06.2017.00000356-3

1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ponta Porã

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Organização Social Gerir e Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar notícia de irregularidades decorrentes da gestão da Organização Social Instituto Gerir no Hospital Regional Dr. José de Simone Neto, em Ponta Porã/MS.

EMENTA: INQUÉRITO CIVIL - APURAR NOTÍCIA DE IRREGULARIDADES DECORRENTES DA GESTÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL INSTITUTO GERIR NO HOSPITAL REGIONAL DR. JOSÉ DE SIMONE NETO, EM PONTA PORÃ/MS - ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA - INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO SAJ/MP - ARTIGO 39, DA RESOLUÇÃO Nº 15/2007-PGJ – OBSERVÂNCIA AO ENUNCIADO Nº 9/CSMP – PROMOÇÃO DE ARQUIVAMENTO HOMOLOGADA. Analisando os autos, nota-se que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta com os requeridos, estando em conformidade com as exigências da Resolução nº 15/2007-PGJ, restando apenas o seu acompanhamento e fiscalização, inexistindo outras medidas a serem adotadas dentro do presente procedimento. Ademais, nos termos do art. 39, da Resolução nº 15/2007, da Procuradoria-Geral de Justiça, a Promotoria de Justiça de origem informou que foi instaurado o Procedimento Administrativo nº 09.2018.00002708-1 para acompanhamento e fiscalização do cumprimento integral das cláusulas do TAC firmado, em observância à redação do Enunciado nº 9 do Conselho Superior do Ministério Público. Assim, vota-se pela homologação da promoção de arquivamento.

Deliberação: O Conselho, à unanimidade, homologou a promoção de arquivamento, nos termos do voto do Relator.

Campo Grande, 19 de março de 2019.

ALEXANDRE LIMA RASLAN

Procurador de Justiça

Secretário do Conselho Superior do MP

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO**AVISO N. 07/CGMP/2019**

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 168 da Lei Complementar nº 72/94, alterada pela Lei Complementar nº 145/2010,

A V I S A:

Serão objeto de Correição Ordinária as Promotorias de Justiça abaixo elencadas, cujos procedimentos correcionais iniciar-se-ão a partir do 15º dia da publicação deste aviso:

PROMOTORIA DE JUSTIÇA
1ª PJ Bonito
2ª PJ Bonito
1ª PJ Jardim
2ª PJ Jardim
1ª PJ Camapuã
2ª PJ Camapuã
1ª PJ Costa Rica
2ª PJ Costa Rica
1ª PJ Aparecida do Taboado
2ª PJ Aparecida do Taboado
1ª PJ Paranaíba
2ª PJ Paranaíba
3ª PJ Paranaíba
PJ Inocência

O procedimento correcional terá início após o transcurso do prazo legal, observada a possibilidade da realização de diligências, que poderão ser determinadas à Assessoria Especial no bojo do procedimento digital, por via remota (SAJ-MP ou SAJ-TJ) ou *in loco*.

A data da visita pessoal do Corregedor-Geral na Promotoria de Justiça correicionada, para conclusão dos trabalhos, será informada em aviso próprio a ser publicado no DOMP.

Campo Grande, 18 de março de 2019.

MARCOS ANTONIO MARTINS SOTTORIVA
Corregedor-Geral do Ministério Público

COMISSÃO ELEITORAL**AVISO Nº 02/2019/CE**

O PROCURADOR DE JUSTIÇA E PRESIDENTE DA COMISSÃO ELEITORAL PARA ESCOLHA DO MEMBRO QUE SERÁ INDICADO PARA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso das atribuições legais previstas na Resolução nº 001/2009-CSMP, de 4.3.2009, torna público o resultado da referida eleição, realizada no dia 18 de março de 2019, no período das 13h às 17h, que será encaminhado ao Procurador-Geral de Justiça, para fins de cumprimento do que dispõe o artigo 103-B, inciso XI, da Constituição Federal, conforme segue:

Procuradora de Justiça Jaceguara Dantas da Silva, 128 votos; em branco, 3 votos; e nulos, 5 votos.

Campo Grande, 19 de março de 2019.

OLAVO MONTEIRO MASCARENHAS
Procurador de Justiça
Presidente da Comissão Eleitoral

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**AVISO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO**

Homologado o resultado da licitação Pregão Presencial nº 5/PGJ/2019 - Processo n.º PGJ/10/0384/2019.

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para prestar serviços de manutenção preventiva e corretiva de portas automáticas, cancelas e portões (de elevação e de correr), nos prédios do Ministério Público Estadual, em Campo Grande - MS, incluindo o fornecimento de todo o material necessário para manutenção (ferramentas, lubrificantes, etc.), com exceção das peças de reposição, que serão por conta do Contratante.

Vencedora: Renova Construções e Paisagismo Ltda – ME, para o item 1, no valor anual de R\$ 59.400,00.

Justificativa: Adjudicado tendo em vista o menor valor ofertado, nos termos do Edital.

Campo Grande, 19 de março de 2019.

Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz

Pregoeira/PGJ

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO SRP

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL / Procuradoria-Geral de Justiça comunica aos interessados a abertura de Licitação, nos termos da Lei nº 10.520/2002, e subsidiariamente da Lei nº 8.666/1993 (e alterações).

Modalidade: Pregão Presencial nº 10/PGJ/2019 (Processo PGJ/10/0778/2019).

Objeto: Registro de Preços unitários para eventual aquisição de mobiliário (estantes, armários e claviculários), para atender o Ministério Público Estadual.

Abertura das Propostas e Documentação:

- Local: Sala de Licitações - Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, 214, Jardim Veraneio, Campo Grande - MS.

- Data: 2 de abril de 2019.

- Horário: 14 horas.

- Telefone para contato: (67) 3318-2145.

Retirada do Edital: por meio do endereço eletrônico www.mpms.mp.br/licitacao/pregao ou na Coordenadoria de Licitações da Procuradoria-Geral de Justiça.

Designação do Pregoeiro, da Equipe de Apoio e da Fiscalização Contratual, efetuada pela Sra. Secretária-Geral do Ministério Público Estadual, em 18/03/2019:

- Pregoeiro: Hermes Alencar de Lima;

- Equipe de Apoio: Cleber do Nascimento Gimenez e Gladys Esmelda Barrios Amarilha;

- Suplente do Pregoeiro: Kelly Watanabe Cunha Martins Ortiz;

- Suplentes da Equipe de Apoio: Emerval Carmona Gomes e Lygia Mara Rosa da Silva Moraes;

- Fiscalização do Contrato: Secretaria de Administração/PGJ.

Campo Grande, 19 de março de 2019.

Hermes Alencar de Lima

Pregoeiro/PGJ

COMISSÃO DE CONSTATAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MATERIAL**EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/3744/2017 – PARTES:**

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL representado pelo Secretário Municipal – José Mário Antunes da Silva.

Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Estante de aço: 09 unidades

Armário alto de aço: 01 unidade

Arquivo de aço: 01 unidade

Mesa para máquina de escrever: 01 unidade

Mesa de madeira com 3 gavetas: 01 unidade

Bebedouro elétrico: 08 unidades

Mini Rack para computador e impressora: 02 uniades

Numerador automático: 01 unidade

Banco de espera: 01 unidade

Fogão: 07 unidades

Poltrona fixa: 02 unidades

Cadeira giratória: 04 unidades

Mesa de aglomerado de madeira com gaveteiro: 01 unidade

Impressora: 02 unidades

Apoio para pés: 01 unidade

Armário alto madeira: 06 unidades

Armário baixo madeira: 03 unidades

Cadeira fixa: 03 unidades

Longarina: 01 unidade

Refrigerador: 01 unidade

Tripé de madeira para fixação de lousa: 01 unidade

Espelho para banheiro: 03 unidades

Poltrona tipo Presidente: 02 unidades

Armário alto madeira aberto: 01 unidade

Armário alto madeira misto: 01 unidade

Poltrona giratória: 02 unidades

Microcomputador: 01 unidade

Ventilador de coluna: 01 unidade

Conjunto de mesa para cozinha: 01 unidade

Mesa reta complementar: 02 unidades

Cadeira de escritório: 01 unidade

Aparelho telefônico: 01 unidade

Data: 20.11.2017.

EXTRATO DE DOAÇÃO PROCESSO PGJ/10/4642/2018 – PARTES:

Doador: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, representado por sua Secretária-Geral, Bianka Karina Barros da Costa.

Donatário DIRETORIA DE GESTÃO DE PATRIMÔNIO E LOGÍSTICA – POLÍCIA MILITAR DE CAMPO GRANDE representado pelo Coronel – José Alves das Neves.

Amparo Legal: Resolução nº 18/2014-PGJ

Objeto: Doação de materiais inservíveis para fins e uso de interesse social

Quantitativo de Materiais doados:

Geladeira: 01 unidade
Mesa de madeira: 14 unidades
Ar condicionado: 06 unidades
Mesa para impressora: 05 unidades
Estante de aço: 05 unidades
Armário alto de madeira: 01 unidade
Armário baixo de madeira: 03 unidades
Mesa com tampo em granito: 07 unidades
Armário de aço: 01 unidade
Mesa de centro tampo em granito: 01 unidade
Mesa par computador/Mini Rack: 03 unidades
Poltrona/Cadeira fixa: 31 unidades
Aparelho telefônico: 18 unidades
Mesa de telefone: 01 unidade
Cadeira/Poltrona Giratória Digitador: 37 unidades
Poltrona Presidente/Diretor: 08 unidades
Identificador de chamadas telefônico: 04 unidades
Apoio ergonômico para os pés: 07 unidades
Tela decorativa para conexão (conjunto de mesa em L): 02 unidades
Conexão arredondada (conjunto de mesa em L): 05 unidades
Mesa auxiliar/complementar: 03 unidades
Mesa de reunião: 04 unidades
Estação de trabalho/Mesa em L: 15 unidades
Tenda 5x5m: 05 unidades
Relógio de ponto: 02 unidades
Relógio de protocolador: 01 unidade
Persiana: 06 unidades
Bebedouro: 03 unidades
Nobreak: 21 unidades
Arquivo de aço: 02 unidades
Gaveteiro volante: 02 unidades
Fogão 4 bocas: 01 unidade
Espelho com moldura: 02 unidades
Conjunto de mesa de cozinha: 01 unidade
Leitor ótico: 04 unidades
Microcomputador: 19 unidades
Monitor: 21 unidades
Impressora/Multifuncional: 06 unidades
Switch: 04 unidades
Suporte para CPU: 09 unidades
Roteador: 03 unidades
Caixa acústica: 01 unidade
Aparelho de som para veículo: 01 unidade
Fragmentadora: 01 unidade
Umidificador: 08 unidades
Calculadora de mesa: 02 unidades
Scanner: 01 unidade
Grampeador elétrico: 01 unidade
Storage: 01 unidade
Kit caixa de som multimídia: 05 unidades
Bomba de remoção de condensado: 01 unidade
Data: 31.01.2019.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE001092 DE 18.03.2019 DO PROCESSO PGJ/10/1039/2019.**

Credor: HARMONIA SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS EIRELI - ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 25/PGJ/2018 – **Ata Registro de Preços nº 8/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de acendedor para fogão a gás, tipo faísca, funcionamento sem pilha e sem fio. Marca: FLAME, (item 1); e coador de café, confeccionado em tecido 100% algodão, profundidade de no mínimo 20 cm, bocal medindo no mínimo 20 cm, cabo metálico. Marca: TRI ÚTIL, (item 19).

Valor: R\$ 2.695,00 (dois mil, seiscentos e noventa e cinco reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE001092 de 18.03.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE001097 DE 18.03.2019 DO PROCESSO PGJ/10/1040/2019.

Credor: COMERCIAL S.B.S. EIRELI - EPP.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: Pregão Presencial nº 4/PGJ/2018 - **Ata Registro de Preços nº 03/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição água mineral, não-gasosa, galão, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0, acondicionada em garrafão plástico transparente (reposição) com 20 (vinte) litros. Marca: Santa Inês, (item 1; lote 1).

Valor total: R\$ 1.678,50 (um mil, seiscentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE001097 de 18.03.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 8/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/0694/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, neste ato representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**.

2- **NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME**, representada por **Nixon Vieira Franco**.

Procedimento Licitatório: vinculado ao **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018** e à **Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2018**.

Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de 1 (uma) unidade de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 9.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico; Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses; Marca/modelo: ELGIN HVFI09B2IA HVFE09B2IA; 9 (nove) metros de tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 9.000 BTU's; 1 (um) serviço de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 9.000 BTU's, 220 V, na sala de apoio do auditório da Procuradoria-Geral de Justiça.

Valor contratual total: R\$ 2.115,00 (dois mil, cento e quinze reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000017 e 2019NE000018, ambas de 13.02.2019.

Vigência: 21.02.2019 a 21.02.2020.

Data de assinatura: 21 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/0793/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, neste ato representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**.

2- **NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME**, representada por **Nixon Vieira Franco**.

Procedimento Licitatório: vinculado ao **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018** e à **Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2018**.

Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de 1 (uma) unidade de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 9.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico; Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses; Marca/modelo: ELGIN HVFI09B2IA HVFE09B2IA; 1 (um) serviço de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 9.000 BTU's, 220 V, na Procuradoria-Geral de Justiça.

Valor contratual total: R\$ 1.665,00 (um mil, seiscentos e sessenta e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000023 e 2019NE000024, ambas de 19.02.2019.

Vigência: 26.02.2019 a 26.02.2020.

Data de assinatura: 26 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 11/PGJ/2019

Processo: PGJ/10/0745/2019

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público, neste ato representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico, **Humberto de Matos Brittes**.

2- **NV FRANCO COMÉRCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA E CLIMATIZAÇÃO EIRELI - ME**, representada por **Nixon Vieira Franco**.

Procedimento Licitatório: vinculado ao **Pregão Presencial nº 12/PGJ/2018** e à **Ata de Registro de Preços nº 04/PGJ/2018**.

Amparo Legal: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Aquisição de 2 (duas) unidades de aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 9.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico; Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses; Marca/modelo: ELGIN HVFI09B2IA HVFE09B2IA; 7 (sete) metros de tubulação de cobre executada para ar condicionado tipo split 9.000 BTU's; 2 (dois) serviços de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 9.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas do interior do Estado; 1 (um) aparelho condicionador de ar, tipo split hi-wall inverter, composto por duas unidades distintas, condensadora (externa) e evaporadora (interna); ciclo frio ou reverso; capacidade: 12.000 BTU/h; comando remoto sem fio com display de cristal líquido; seleção de modo de operação, temperatura e insuflamento de ar com opção de pelo menos três velocidades; com função de desumidificação; controle microprocessado de temperatura; movimento e controle automático do direcionamento de ar; tensão de operação: 220V bifásico ou monofásico, 60 Hz; Compressor: rotativo ou scroll, gás refrigerante R410a ecológico. Classificação Energética Inmetro: A. Garantia mínima: 12 meses. Marca/modelo: ELGIN HVFI12B2IA HVFE12B2IA; 1 (um) serviço de instalação de Condicionador de ar, tipo split, função refrigeração, com capacidade de 12.000 BTU's, 220 V, nas Promotorias de Justiça situadas nas comarcas do interior do Estado.

Valor contratual total: R\$ 5.650,00 (cinco mil, seiscentos e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000022 de 18.02.2019 e 2019NE000026, de 20.02.2019.

Vigência: 26.02.2019 a 26.02.2020.

Data de assinatura: 26 de fevereiro de 2019.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

EDITAL Nº 0005/2019/34PJ/CGR

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004373-7

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande

Objeto(s): Fiscalizar e acompanhar o cumprimento do plano de ação sobre o córrego Bandeira.

Campo Grande, 18 de março de 2019.

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 0006/2019/34PJ/CGR

A 34ª Promotoria de Justiça de Campo Grande-MS, sediada na rua Luiz Freire Benchetrit, 160, bairro Miguel Couto, em Campo Grande-MS, CEP 79040-140, telefone: (67) 3357-2571/2572, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo abaixo especificado, disponível para consulta no endereço eletrônico: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00004687-8.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Associação e Comunidade Domina Nostra Regina Pacis.

Objeto(s): Fiscalizar o cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado nos autos do Inquérito Civil nº 06.2018.00001870-5.

Campo Grande, 18 de março de 2019

LUIZ ANTÔNIO FREITAS DE ALMEIDA

Promotor de Justiça

EDITAL N. 005/2019/32PJ/CGR

A 32.^a Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180, Chácara Cachoeira. Os autos do referido procedimento poderão ser acessados via internet, no endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil 06.2019.00000465-9

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Município de Campo Grande/MS e Estado de Mato Grosso do Sul/MS

Assunto: Apurar as medidas adotadas pelo Município de Campo Grande e Estado de Mato Grosso do Sul para reduzir a demanda reprimida por cirurgias bariátricas pelo SUS.

Campo Grande, MS, 18 de março de 2019.

DANIELA CRISTINA GUIOTTI

Promotora de Justiça

DOURADOS

EDITAL 0008/2019/10PJ/DOS -

A 10.^a Promotoria de Justiça de Dourados torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto nº 400, Bairro Santo Antônio, Dourados/MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002578-3.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Dourados.

Assunto: Apurar a falta de condições materiais e humanas adequadas na CLINICA DA MULHER de DOURADOS e as causas da inativação prolongada do CENTRO HOMEOPÁTICO DE DOURADOS.

Dourados, 14 de março de 2019.

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL Nº 01/2019**EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

A 9.^a Promotoria de Justiça de Dourados faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 01/2019, referente aos documentos da 9.^a Promotoria de Justiça de Dourados, nos termos do disposto no artigo 12 da Resolução nº 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018.

Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à 9.^a Promotoria de Justiça de Dourados até o dia 25 de março de 2019.

Dourados/MS, 18 de março de 2019.

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 01/2019

PROVENIÊNCIA – (ÓRGÃO PRODUTOR)		PROCEDÊNCIA – (ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO ARQUIVAMENTO)		
Órgão / Setor - 9ª Promotoria de Justiça de Dourados		Órgão / Setor - 9ª Promotoria de Justiça de Dourados		
TIPO DOCUMENTAL		JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
NOME/CONTEÚDO INFORMACIONAL				
<p>EXEMPLO DE PRENCHIMENTO: Classe/Subclasse–</p> <p>Classe – Subclasse: 000.002 – Ofícios expedidos anos 2011, 2013, 2014 e 2015;</p> <p>Classe – Subclasse: 000.003 – Ofícios recebidos da PGJ anos 2010, 2011, 2012 ,2013 e 2014;</p> <p>Classe – Subclasse: 000.003 – Ofícios recebidos anos 2011, 2013, 2014 e 2015;</p> <p>Classe – Subclasse: 000.213 – Relatório de arrolamento patrimonial 2011;</p> <p>Classe – Subclasse: 100.003 – Termos de declarações - anos 2013 e 2014;</p> <p>Classe – Subclasse: 100.008 – Pautas de audiências anos 2014, 2015 e 2016;</p> <p>Classe – Subclasse: 100.015 – Petições iniciais para ajuizamento de ação anos 2011, 2012, 2013 e 2014;</p> <p>Classe – Subclasse: 200.013 – Manifestações diversas em processos judiciais anos 2011, 2012 e 2013;</p> <p>Classe – Subclasse: 200.004 – Termos de informação anos 2013 e 2014;</p> <p>Classe – Subclasse: 200.007 – Notificações anos 2011, 2012, 2013 e 2014;</p> <p>Classe – Subclasse: 200.015 – Comunicações de Flagrantes 2013;</p> <p>Classe – Subclasse: 200.035 – Representações anos 2011, 2013, 2014, 2015 e 2016;</p> <p>Classe – Subclasse: 200.047 – Relatório de Visitas nas Uneis anos 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014;</p> <p>Classe – Subclasse: 200.047 – Relatórios de visitas nas unidades de acolhimento anos 2012, 2013 e 2014;</p> <p>Classe – Subclasse: 200.056 – Termos de audiência e de apresentação de adolescente anos 2014 e 2015;</p> <p>Classe – Subclasse: 300.009 – Relatórios do Conselho Nacional do Ministério Público anos 2011, 2012, 2013 e 2014;</p>		<p>Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos nº 001/2019.</p>	<p>Exercício 2010</p>	<p>Exercício 2016</p>
<p>Classe – Subclasse: 200.044 – Arquivamentos e homologações de remissão de Auto de Apuração de Ato Infracional;</p> <p>Ano 2010</p> <p>003/10, 009/10, 012/10, 045/11, 047/10, 073/10, 093/10, 094/10, 204/10, 224/10, 235/10, 251/10, 268/10, 270/10, 272/10, 277/10, 295/10, 319/10, 345/10, 347/10, 349/10, 350/10, 352/10, 353/10, 361/10, 365/10, 367/10, 368/10, 368/10, 369/10, 380/10, 384/10, 387/10, 388/10, 389/10, 390/10, 391/10, 392/10, 393/10, 395/10396/10, 400/10, 411/10, 412/10, 435/10, 444/10, 450/10, 455/10, 456/10, 460/10, 461/10, 462/10, 463/10, 464/10, 467/10, 468/10, 469/10, 470/10, 471/10, 473/10, 474/10, 476/10, 480/10, 482/10, 483/10, 485/10, 486/10, 491/10, 494/10, 495/10, 497/10, 498/10, 515/10, 517/10, 519/10, 520/10, 521/10, 522/10, 525/10, 529/10, 530/10,</p>		<p>Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos nº 001/2019.</p>	<p>Exercício 2010</p>	<p>Exercício 2013</p>

<p>532/10, 533/10, 534/10, 539/10, 541/10, 546/10, 548/10, 550/10, 563/10, 572/10, 573/10, 574/10, 575/10, 576/10, 584/10, 588/10, 591/10, 596/10, 597/10, 600/10, 601/10, 602/10, 603/10, 620/10, 621/10, 624/10, 625/10, 627/10, 628/10, 629/10, 630/10, 631/10, 633/10, 635/10, 643/10, 645/10, 646/10, 651/10, 652/10, 660/10, 661/10, 662/10, 663/10, 664/10, 665/10, 667/10, 669/10, 675/10, 680/10, 681/10, 682/10, 685/10, 687/10, 689/10, 690/10, 691/10, 693/10, 695/10, 696/10, 698/10, 702/10, 703/10, 704/10, 705/10, 706/10, 707/10, 708/10, 711/10, 712/10, 713/10, 714/10, 715/10, 716/10, 717/10, 718/10, 720/10, 721/10, 722/10, 725/10, 727/10, 728/10, 730/10, 731/10, 733/10, 734/10, 735/10, 736/10, 738/10, 739/10, 741/10, 744/10, 745/10, 746/10, 747/10, 750/10, 751/10, 752/10, 754/10, 755/10, 756/10, 758/10, 759/10, 760/10, 762/10, 763/10, 764/10, 765/10, 767/10, 768/10, 770/10, 771/10, 772/10, 773/10, 774/10, 776/10, 778/10, 779/10, 780/10, 782/10, 783/10, 784/10, 785/10, 786/10, 787/10, 788/10, 789/10, 790/10, 791/10, 792/10, 793/10, 794/10, 795/10, 797/10, 799/10, 800/10, 801/10, 802/10, 803/10, 805/10, 806/10, 807/10, 808/10, 809/10, 810/10, 811/10, 812/10, 814/10, 815/10, 816/10, 817/10, 818/10, 819/10, 820/10, 821/10, 822/10, 823/10, 825/10.</p> <p>Ano 2011</p> <p>001/11, 002/11, 004/11, 005/11, 006/11, 007/11, 008/11, 009/11, 010/11, 011/11, 013/11, 014/11, 015/11, 016/11, 017/11, 018/11, 019/11, 020/11, 021/11, 022/11, 023/11, 024/11, 025/11, 026/11, 027/11, 028/11, 029/11, 030/11, 031/11, 032/11, 033/11, 034/11, 035/11, 036/11, 037/11, 038/11, 039/11, 040/11, 041/11, 042/11, 043/11, 044/11, 045/11, 046/11, 047/11, 048/11, 049/11, 050/11, 051/11, 052/11, 053/11, 054/11, 055/11, 056/11, 057/11, 058/11, 059/11, 060/11, 061/11, 062/11, 063/11, 064/11, 065/11, 066/11, 067/11, 068/11, 069/11, 070/11, 071/11, 072/11, 073/11, 074/11, 075/11, 076/11, 077/11, 078/11, 079/11, 080/11, 082/11, 083/11, 084/11, 085/11, 086/11, 088/11, 089/11, 090/11, 091/11, 092/11, 093/11, 094/11, 095/11, 096/11, 097/11, 098/11, 099/11, 100/11, 101/11, 102/11, 103/11, 104/11, 105/11, 106/11, 107/11, 108/11, 109/11, 110/11, 111/11, 112/11, 113/11, 114/11, 115/11, 116/11, 117/11, 118/11, 119/11, 120/11, 121/11, 122/11, 123/11, 124/11, 125/11, 126/11, 127/11, 128/11, 129/11, 130/11, 131/11, 132/11, 133/11, 134/11, 135/11, 136/11, 138/11, 139/11, 140/11, 141/11, 142/11, 143/11, 144/11, 145/11, 146/11, 147/11, 148/11, 149/11, 150/11, 151/11, 152/11, 153/11, 154/11, 155/11, 156/11, 157/11, 158/11, 159/11, 160/11, 161/11, 162/11, 163/11, 164/11, 165/11, 166/11, 168/11, 169/11, 170/11, 171/11, 172/11, 173/11, 174/11, 175/11, 176/11, 177/11, 178/11, 179/11, 180/11, 181/11, 182/11, 183/11, 184/11, 185/11, 186/11, 188/11, 189/11, 190/11, 191/11, 192/11, 193/11, 194/11, 195/11, 196/11, 196/11, 197/11, 198/11, 199/11, 200/11, 201/11, 202/11, 203/11, 204/11, 205/11, 206/11, 207/11, 208/11, 209/11, 210/11, 211/11, 212/11, 213/11, 214/11, 215/11, 216/11, 217/11, 218/11, 219/11, 220/11, 221/11, 223/11, 224/11, 225/11, 226/11, 227/11, 228/11, 229/11, 230/11, 231/11, 232/11, 233/11, 234/11, 235/11, 236/11, 237/11, 238/11, 239/11, 240/11, 241/11, 241/11, 242/11, 243/11, 244/11, 245/11, 246/11, 247/11, 248/11, 249/11, 251/11, 252/11, 254/11, 255/11, 256/11, 257/11, 258/11, 259/11, 260/11, 261/11, 262/11, 263/11, 264/11, 265/11, 266/11, 267/11, 268/11, 269/11, 270/11, 271/11, 271/11, 273/11, 274/11, 275/11, 276/11, 277/11, 278/11, 279/11, 280/11, 281/11, 282/11, 283/11, 284/11, 285/11, 286/11, 287/11, 288/11, 289/11, 290/11, 291/11, 292/11, 293/11, 294/11, 295/11, 296/11, 297/11, 298/11, 300/11, 301/11, 302/11, 303/11, 304/11, 305/11, 306/11, 307/11, 308/11, 309/11, 310/11, 311/11, 312/11, 313/11, 314/11, 315/11, 317/11, 318/11, 319/11, 320/11, 321/11, 322/11, 323/11, 324/11, 325/11, 326/11, 327/11, 328/11, 329/11, 330/11, 331/11, 332/11, 333/11, 334/11, 335/11, 336/11, 337/11, 338/11, 339/11, 340/11, 341/11, 342/11, 343/11, 343/11, 344/11, 346/11, 347/11, 348/11, 348/11, 349/11, 350/11, 351/11, 351/11, 352/11, 353/11, 354/11, 355/11, 356/11, 357/11, 358/11, 359/11, 360/11, 361/11, 362/11, 363/11, 364/11, 365/11, 366/11, 367/11, 368/11, 369/11, 370/11, 371/11, 372/11, 373/11, 374/11, 375/11, 376/11, 377/11, 378/11, 379/11, 380/11, 381/11, 382/11, 384/11, 385/11, 387/11, 388/11, 389/11, 390/11, 391/11, 392/11, 393/11, 394/11, 395/11, 396/11, 397/11, 398/11, 399/11, 402/11, 403/11, 404/11, 405/11, 406/11, 407/11, 408/11, 409/11, 410/11, 411/11, 412/11, 413/11, 414/11, 414/11, 414/11, 415/11, 416/11, 417/11, 418/11, 419/11, 420/11, 421/11, 422/11, 423/11, 424/11, 425/11, 426/11, 427/11, 428/11, 429/11, 430/11, 431/11, 432/11, 433/11, 434/11, 436/11, 437/11, 438/11, 439/11, 440/11, 441/11, 442/11, 443/11, 444/11, 445/11, 446/11, 446/11, 447/11, 447/11, 447/11, 448/11, 489/12, 450/11, 451/11, 452/11, 453/11, 454/11, 455/11, 456/11, 457/11, 459/11, 461/11, 462/11, 462/11, 463/11, 464/11, 465/11, 466/11, 467/11, 468/11, 470/11, 471/11, 472/11, 475/11, 477/11, 478/11, 479/11, 480/11, 482/11, 483/11, 485/11, 486/11, 487/11, 488/11, 489/11, 490/11, 491/11, 492/11, 493/11, 494/11, 495/11, 496/11, 497/11, 498/11, 499/11, 500/11, 501/11, 502/11, 503/11, 504/11, 505/11, 506/11, 507/11, 509/11, 510/11, 511/11, 512/11, 513/11, 514/11, 515/11, 516/11, 517/11,</p>			
---	--	--	--

<p>518/11, 519/11, 520/11, 521/11, 522/11, 523/11, 524/11, 525/11, 526/11, 527/11, 528/11, 529/11, 530/11, 531/11, 532/11, 533/11, 534/11, 535/11, 536/11, 537/11, 539/11, 540/11, 541/11, 541/11, 542/11, 543/11, 543/11, 544/11, 545/11, 546/11, 547/11, 548/11, 549/11, 549/11, 550/11, 551/11, 552/11, 553/11, 554/11, 555/11, 556/11, 557/11, 558/11, 559/11, 560/11, 561/11, 562/11, 563/11, 565/11, 566/11, 567/11, 568/11, 570/11, 571/11, 572/11, 573/11, 574/11, 575/11, 577/11, 578/11, 579/11, 580/11, 582/11, 584/11, 586/11, 588/11, 589/11, 591/11, 592/11, 593/11, 594/11, 595/11, 596/11, 597/11, 599/11, 600/11, 601/11, 603/11, 604/11, 607/11, 608/11, 609/11, 610/11, 611/11, 612/11, 613/11, 614/11, 616/11, 618/11, 620/11, 622/11, 623/11, 624/11, 630/11, 635/11, 636/11, 637/11, 638/11, 642/11, 643/11, 644/11, 644/11, 645/11, 647/11, 649/11, 652/11, 654/11, 655/11, 676/11, 684/11, 699/11, 719/11, 735/11, 737/11, 748/11, 775/11, 804/11.</p> <p>Ano 2012</p> <p>002/12, 003/12, 005/12, 005/12, 006/12, 007/12, 008/12, 011/12, 013/12, 015/12, 016/12, 020/12, 020/12, 022/13, 021/12, 021/12, 022/12, 024/12, 026/12, 027/12, 028/12, 029/12, 031/12, 032/12, 034/12, 035/12, 036/12, 037/12, 038/12, 039/12, 040/12, 041/12, 042/12, 043/12, 044/12, 048/12, 049/12, 050/12, 051/12, 052/12, 053/12, 054/12, 055/12, 056/12, 057/12, 058/12, 059/12, 060/12, 061/12, 062/12, 063/12, 064/12, 065/12, 246/45, 066/12, 067/12, 068/12, 069/12, 070/12, 071/12, 072/12, 073/12, 074/12, 075/12, 076/12, 077/12, 078/12, 079/12, 080/12, 081/12, 082/12, 083/12, 084/12, 085/12, 086/12, 087/12, 088/12, 089/12, 090/12, 091/12, 093/12, 094/12, 095/12, 097/12, 098/12, 102/12, 103/12, 104/12, 105/12, 106/12, 107/12, 108/12, 109/12, 110/12, 111/12, 112/12, 113/12, 114/12, 115/12, 117/12, 118/12, 119/12, 120/12, 121/12, 122/12, 123/12, 124/12, 125/12, 126/12, 127/12, 128/12, 129/12, 131/12, 132/12, 133/12, 134/12, 135/12, 136/12, 137/12, 138/12, 139/12, 140/12, 141/12, 142/12, 143/12, 144/12, 146/12, 147/12, 148/12, 149/12, 150/12, 151/12, 152/12, 153/12, 154/12, 155/12, 156/12, 157/12, 158/12, 160/12, 161/12, 162/12, 163/12, 164/12, 165/12, 166/12, 167/12, 168/12, 169/12, 170/12, 171/12, 172/12, 173/12, 174/12, 175/12, 176/12, 177/12, 178/12, 179/12, 180/12, 181/12, 182/12, 183/12, 184/12, 185/12, 186/12, 187/12, 187/12, 189/12, 190/12, 191/12, 192/12, 193/12, 194/12, 195/12, 196/12, 197/12, 198/12, 199/12, 200/12, 201/12, 202/12, 203/12, 204/12, 205/12, 206/12, 207/12, 208/12, 209/12, 210/12, 211/12, 212/12, 213/12, 214/12, 215/12, 216/12, 217/12, 218/12, 219/12, 220/12, 220/12, 221/12, 222/12, 223/12, 224/12, 225/12, 226/12, 227/12, 228/12, 229/12, 231/12, 232/12, 233/12, 234/12, 235/12, 236/12, 237/12, 238/12, 239/12, 241/12, 242/12, 243/12, 244/12, 245/12, 247/12, 248/12, 249/12, 250/12, 251/12, 252/12, 253/12, 253/12, 254/12, 255/12, 256/12, 257/12, 258/12, 259/12, 260/12, 261/12, 262/12, 263/12, 264/12, 265/12, 266/12, 267/12, 268/12, 269/12, 270/12, 271/12, 272/12, 273/12, 274/12, 275/12, 276/12, 277/12, 278/12, 279/12, 280/12, 281/12, 282/12, 283/12, 284/12, 285/12, 286/12, 287/12, 288/12, 289/12, 290/12, 291/12, 292/12, 293/12, 294/12, 295/12, 296/12, 297/12, 298/12, 299/12, 300/12, 301/12, 302/12, 303/12, 304/12, 305/12, 306/12, 307/12, 308/12, 309/12, 310/12, 311/12, 312/12, 313/12, 314/12, 315/12, 316/12, 317/12, 318/12, 319/12, 320/12, 321/12, 322/12, 323/12, 324/12, 325/12, 326/12, 327/12, 328/12, 329/12, 330/12, 331/12, 332/12, 333/12, 334/12, 335/12, 336/12, 337/12, 338/12, 339/12, 340/12, 341/12, 342/12, 343/12, 344/12, 345/12, 346/12, 347/12, 348/12, 349/12, 350/12, 351/12, 352/12, 353/12, 354/12, 355/12, 356/12, 357/12, 357/12, 358/12, 359/12, 360/12, 361/12, 362/12, 363/12, 364/12, 365/12, 366/12, 367/12, 368/12, 369/12, 370/12, 371/12, 372/12, 373/12, 374/12, 375/12, 376/12, 377/12, 378/12, 379/12, 380/12, 381/12, 382/12, 383/12, 384/12, 385/12, 386/12, 387/12, 388/12, 389/12, 390/12, 391/12, 392/12, 393/12, 394/12, 395/12, 396/12, 397/12, 398/12, 399/12, 400/12, 401/12, 402/12, 403/12, 404/12, 405/12, 406/12, 407/12, 408/12, 409/12, 410/12, 411/12, 412/12, 413/12, 414/12, 415/12, 416/12, 417/12, 418/12, 420/12, 421/12, 422/12, 423/12, 424/12, 425/12, 426/12, 427/12, 428/12, 429/12, 430/12, 431/12, 432/12, 433/12, 434/12, 435/12, 436/12, 437/12, 438/12, 439/12, 440/12, 441/12, 442/12, 443/12, 444/12, 445/12, 446/12, 447/12, 448/12, 449/12, 450/12, 451/12, 452/12, 453/12, 454/12, 455/12, 456/12, 457/12, 458/12, 459/12, 460/12, 461/12, 462/12, 464/12, 465/12, 466/12, 467/12, 468/12, 469/12, 470/12, 471/12, 472/12, 473/12, 473/12, 474/12, 475/12, 476/12, 477/12, 478/12, 479/12, 480/12, 480/12, 481/12, 482/12, 484/12, 485/12, 486/12, 487/12, 488/12, 489/12, 490/12, 491/12, 492/12, 493/12, 493/12, 494/12, 495/12, 496/12, 497/12, 498/12, 499/12, 500/12, 501/12, 502/12, 503/12, 504/12, 505/12, 506/12, 507/12, 508/12, 509/12, 510/12, 511/12, 512/12, 513/12, 514/12, 515/12, 516/12, 517/12, 518/12, 519/12, 520/12, 521/12, 521/12, 523/12, 524/12, 525/12, 526/12, 527/12, 528/12, 529/12, 530/12, 531/12, 532/12, 533/12, 535/12, 537/12, 538/12, 538/12,</p>			
---	--	--	--

<p>539/12, 540/12, 541/12, 542/12, 543/12, 547/12, 548/12, 550/12, 551/12, 552/12, 553/12, 554/12, 556/12, 558/12, 559/12, 560/12, 561/12, 562/12, 563/12, 564/12, 565/12, 566/12, 567/12, 568/12, 573/12, 576/12, 577/12, 578/12, 580/12, 581/12, 581/12, 582/12, 583/12, 583/12, 585/12, 586/12, 588/12, 589/12, 590/12, 591/12, 592/12, 593/12, 594/12, 595/12, 596/12, 598/12, 599/12, 600/12, 602/12, 603/12, 604/12, 605/12, 606/12, 607/12, 608/12, 609/12, 611/12, 612/12, 613/12, 615/12, 616/12, 617/12, 618/12, 619/12, 620/12, 621/12, 622/12, 623/12, 624/12, 625/12, 625/12, 626/12, 627/12, 628/12, 629/12, 630/12, 631/12, 632/12, 633/12, 634/12, 635/12, 636/12, 637/12, 639/12, 640/12, 641/12, 643/12, 644/12, 646/12, 647/12, 648/12, 649/12, 650/12, 651/12, 652/12, 653/12, 655/12, 656/12, 657/12, 658/12, 659/12, 660/12, 661/12, 662/12, 663/12, 664/12, 665/12, 666/12, 667/12, 668/12, 669/12, 670/12, 671/12, 672/12, 673/12, 674/12, 675/12, 676/12, 677/12, 678/12, 679/12, 680/12, 681/12, 682/12, 684/12.</p> <p>Ano 2013</p> <p>050/13, 055/13, 062/13, 072/13, 075/13, 105/13, 125/13, 183/13, 207/13, 209/13, 222/13, 239/13, 254/13, 255/13, 256/13, 257/13, 258/13, 260/13, 271/13, 284/13, 285/13, 286/13, 287/13, 290/13, 293/13, 295/13, 296/13, 299/13, 302/13, 303/13, 305/13, 306/13, 307/13, 308/13, 309/13, 310/13, 311/13, 312/13, 314/13, 315/13, 316/13, 319/13, 320/13, 326/13, 329/13, 339/13, 345/13, 349/13, 355/13, 357/13, 358/13, 360/13, 363/13, 370/13, 374/13, 376/13, 379/13, 380/13, 382/13, 383/13, 384/13, 388/13, 391/13, 398/13, 402/13, 404/13, 405/13, 406/13, 407/13, 408/13, 409/13, 410/13, 411/13, 417/13, 420/13, 421/13, 422/13, 424/13, 425/13, 426/13, 430/13, 431/13, 434/13, 436/13, 442/13, 448/13, 449/13, 450/13, 451/13, 453/13, 454/13, 455/13, 456/13, 457/13, 458/13, 460/13, 462/13, 464/13, 465/13, 468/13, 470/13, 471/13, 472/13, 473/13, 475/13, 476/13, 478/13, 479/13, 480/13, 481/13, 485/13, 486/13, 488/13, 489/13, 490/13, 491/13, 492/13, 493/13, 494/13, 495/13, 496/13, 497/13, 498/13, 500/13, 506/13, 507/13, 508/13, 509/13, 510/13, 511/13, 512/13, 516/13, 518/13, 519/13, 520/13, 521/13, 522/13, 523/13, 524/13, 525/13, 526/13, 527/13, 528/13, 530/13, 535/13, 536/13, 537/13, 540/13, 541/13, 542/13, 543/13, 544/13, 545/13, 546/13, 547/13, 549/13, 550/13, 551/13, 557/13, 558/13, 559/13, 561/13, 562/13, 564/13, 565/13, 566/13, 568/13, 569/13, 570/13, 571/13, 572/13, 575/13, 576/13, 580/13, 581/13, 586/13, 587/13, 588/13, 594/13, 595/13, 550/12, 596/13, 597/13, 598/13, 599/13, 600/13, 601/13, 602/13, 603/13, 604/13, 614/13, 615/13, 618/13, 620/13, 621/13, 644/13, 646/13, 647/13, 650/13, 651/13, 653/13, 655/13, 656/13, 665/13, 669/13, 670/13, 675/13, 677/13, 678/13, 694/13, 695/13, 696/13, 703/13, 709/13, 731/13, 739/13, 810/13.</p>			
<p>Classe – Subclasse: 200.044 – Homologação de remissão de Auto de Apuração de Ato Infracional - Autos n. 000867388.2008.8.12.0002.</p>	<p>Conforme disposto na Resolução nº 025/2018-PGJ, 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda. Lista de Eliminação de Documentos nº 001/2019.</p>	<p>Exercício 2012</p>	<p>Exercício 2012</p>
<p>RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Aline Silva de Azevedo Cavalcante – Técnico I Data do preenchimento: 18/03/2019.</p>			

FABRÍCIA BARBOSA LIMA
Promotora de Justiça

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

AMAMBAI

TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

IC - Inquérito Civil 06.2018.00002900-2

Pelo presente Termo de Ajustamento de Conduta, com fundamento no art. 5º, § 6º, da Lei 7.347/1985 (Ação Civil Pública), os abaixo qualificados o celebram e se obrigam a cumprir as obrigações pactuadas.

CONSIDERANDO que a Constituição Federal determina que *“Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas”* (art. 226, § 7º, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a Lei nº 9.263/96, que regulamenta § 7º, do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, está em plena vigência;

CONSIDERANDO que Município de Amambai possui a chamada "Gestão Plena" de sua rede de serviços da saúde, de modo que os recursos financeiros federais são repassados diretamente do Ministério da Saúde ao Município, via modalidade Fundo a Fundo;

CONSIDERANDO que cabe aos gestores estaduais e municipais de saúde, em condição de Gestão Plena do Sistema Municipal, procederem ao credenciamento das unidades de saúde para a realização dos procedimentos de Cesariana com Laqueadura Tubária em Pacientes com Cesarianas Sucessivas Anteriores/Risco de Vida, Laqueadura Tubária e Vasectomia, conforme previsão do art. 5º da Portaria nº 048 de 11 de Fevereiro de 1999 do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO que os procedimentos cirúrgicos de vasectomia parcial ou completa e de laqueadura tubária são procedimentos eletivos de média complexidade, nos termos da Portaria nº 252, de 6 de fevereiro de 2006, do Ministério da Saúde;

CONSIDERANDO o teor dos documentos acostados ao Inquérito Civil n. 06.2018.00002900-2, instaurado no âmbito desta Promotoria de Justiça de Amambai (MS);

Pelo presente TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA, com fundamento no art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, alterado pelo art. 113 da Lei n. 8.078/90, os abaixo qualificados o celebram e se obrigam a cumprir as obrigações pactuadas:

TÍTULO I – PARTES

COMPROMITENTE: O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, no âmbito da 2ª Promotoria de Justiça de Amambai, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Promotor de Justiça Michel Maesano Mancuelho, doravante denominado *MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL*.

COMPROMISSÁRIO(s): MUNICÍPIO DE AMAMBAI, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 03568433000136, com sede na Rua Sete de Setembro, nº 329, Centro, Amambai/MS, representado pelo Prefeito Edinaldo Luiz de Melo Bandeira, de modo que assume as obrigações descritas nas cláusulas que seguem, sob pena de incidência nas penalidades respectivamente dispostas, sem prejuízo da imposição de obrigação de fazer mediante ações judiciais próprias

TÍTULO II - OBJETO DO INQUÉRITO CIVIL

CLÁUSULA PRIMEIRA. O objeto do presente Termo de Ajustamento de Conduta compreende a regularização dos procedimentos de vasectomia e laqueadura tubária no município de Amambai.

TÍTULO III – OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA SEGUNDA. O COMPROMISSÁRIO procederá, no prazo de 6 (seis) meses, ao credenciamento de hospital do município para a realização dos procedimentos de laqueadura tubária e vasectomia, de modo a obter habilitação para realização do serviço, caso ainda não seja habilitado.

CLÁUSULA TERCEIRA. O COMPROMISSÁRIO procederá, no prazo de 6 (seis) meses, ao credenciamento de hospital do município para a realização dos procedimentos de Cesariana com Laqueadura Tubária, para os casos de esterilização após o parto, conforme as exigências da Portaria nº 48 de 11 de fevereiro de 1999, do Ministério da Saúde.

CLÁUSULA QUARTA. O COMPROMISSÁRIO manterá implantado e operando o programa de planejamento familiar, o qual deverá contemplar, no mínimo: a) compra e obtenção de medicação aptos para a prática dos procedimentos cirúrgicos de vasectomia parcial ou completa e de laqueadura tubária, mediante equipamento próprio ou contratado, observando-se a Lei 8.666/1993; b) local para realização dos procedimentos cirúrgicos, seja público, ou por convênio ou contratação com a ressalva acima; c) equipe multidisciplinar responsável.

CLÁUSULA QUINTA. O COMPROMISSÁRIO manterá equipe técnica multidisciplinar, devidamente capacitada, para (a) avaliar o enquadramento dos interessados no artigo 10 da Lei 9.263, de 12 de janeiro de 1996, (b) orientar e informar sobre os métodos contraceptivos oferecidos pela rede pública municipal e (c) proceder aos aconselhamentos técnicos para os interessados em aderir aos métodos contraceptivos.

CLÁUSULA SEXTA. O COMPROMISSÁRIO deverá, diante de qualquer usuário atendido em qualquer Unidade Básica de Saúde e que manifestar interesse em realizar esterilização definitiva, encaminhá-lo à Equipe Multidisciplinar de Aconselhamento, com a Ficha de Encaminhamento para Aconselhamento em Laqueadura Tubária e Vasectomia devidamente preenchida.

CLÁUSULA SÉTIMA. O COMPROMISSÁRIO deverá providenciar inclusão em orçamentos e adotar medidas para o atendimento das cirurgias e cumprimento ao presente Termo de Ajustamento de Conduta.

CLÁUSULA OITAVA. O COMPROMISSÁRIO se compromete a disponibilizar vasectomias e laqueaduras tubárias a quem preencher os requisitos legais e de acordo com o programa de planejamento familiar a ser elaborado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O COMPROMISSÁRIO deverá, para cumprir a obrigação prevista no *caput*, disponibilizar todos os procedimentos admissíveis de esterilização, inclusive a Cesariana com Laqueadura Tubária, para os casos de esterilização após o parto, conforme as exigências da Portaria nº 48 de 11 de fevereiro de 1999, do Ministério da Saúde, ou outra norma a que a venha alterar ou substituir.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O COMPROMISSÁRIO deverá orientar os usuários ou pessoas interessadas em atendimentos sobre os serviços disponíveis no âmbito do Programa de Planejamento Familiar e sobre os procedimentos previstos neste Termo de Ajustamento de Conduta.

TÍTULO IV - DAS SANÇÕES

CLÁUSULA NONA. O descumprimento das obrigações assumidas neste Termo de Ajustamento de Conduta enseja a incidência automaticamente (independente de notificação) e independente das *astreintes* ou multas fixadas judicialmente da multa diária, por obrigação descumprida, de R\$ 500,00 (quinhentos reais), que incidirá por dia de descumprimento até o efetivo e perfeito cumprimento da obrigação.

PARÁGRAFO ÚNICO. Não sendo efetuado o pagamento do valor da multa fixada neste Termo de Ajustamento de Conduta, incidirá, desde o inadimplemento e até o efetivo pagamento da multa, correção monetária e juros de 1% ao mês.

TÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DEZ. O Ministério Público poderá fiscalizar a execução do presente acordo sempre que entender necessário, tomando as providências legais cabíveis.

CLÁUSULA ONZE. Este compromisso de ajustamento produz efeitos a partir da sua assinatura e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do art. 5º, § 6º, Lei 7.347/1985 (Ação Civil Pública).

CLÁUSULA DOZE. Este Termo de Ajustamento de Conduta em tantas vias quantas forem as partes compromissárias e compromitentes, recebendo cada parte uma delas.

Amambai, 18 de março de 2019.

MICHEL MAESANO MANCUELHO
Promotor de Justiça

MUNICÍPIO DE AMAMBAI
Prefeito Municipal Edinaldo Luiz de Melo Bandeira
Compromissário

Testemunhas:

Nome: Dirlene Silveira dos Santos Zanetti Rodrigues
RG ou CPF: 011.532.951-05

Nome: Leonildo Acosta Martins
RG ou CPF: 924.598.111-87

CAARAPÓ

EDITAL 0005/2019/01PJ/CRP

A 1ª Promotoria de Justiça de Caarapó torna pública a instauração de Inquérito Civil abaixo especificado. Referido procedimento é digital e pode ser integralmente acessado via internet (mediante inserção de senha que pode ser obtida nesta Promotoria de Justiça), no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>, que ficará à disposição de eventuais interessados na Avenida Dom Pedro II, nº 1730, Vila Planalto, em Caarapó-MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000427-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Juti/MS.

Assunto: “apurar eventual irregularidade na nomeação de servidores públicos municipais para cargo em comissão, mas que, na prática, exercem cargo de provimento efetivo ou ainda com desvio de função, em desacordo com as leis municipais e mandamentos constitucionais”

Caarapó/MS, 11 de março de 2019.

FERNANDA ROTILI DIAS
Promotora de Justiça

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

ANAUROLÂNDIA

EXTRATO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 18/03/2019.

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 09.2018.000004161-7

REFERENTE à realização de Audiência Pública, regularmente convocada pelo Ministério Público Estadual em Anaurilândia/MS, no interesse do procedimento administrativo em epígrafe.

OBJETO: A audiência pública foi realizada com a finalidade de o Município prestar contas de todos os gastos efetuados com os juros do recurso, oriundo do acordo celebrado com a CESP.

PARTICIPANTES: Ministério Público Estadual, representado pelo Promotor de Justiça, ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI, os vereadores, o prefeito, os secretários municipais de Anaurilândia e demais cidadãos que compareceram espontaneamente.

CONCLUSÃO: foram debatidos e esclarecidos pelos secretários municipais de cada pasta seus projetos e feitos, o representante do SEBRAE expôs o projeto de acompanhamento do município, a fim de traçar um perfil socioeconômico de desenvolvimento local para o Município. Membros da Comissão de Acompanhamento do Recurso da CESP apresentaram os valores percebidos em virtude do Acordo formulado com a empresa, o Estado do Mato Grosso do Sul e o Município de Anaurilândia. Apresentaram os valores utilizados pela Prefeitura, referentes apenas aos juros do recurso aplicado, estando a reserva intacta em obediência ao TAC celebrado para estabelecimento de regras mínimas na utilização daquele.

DATA DA ASSINATURA: 18/03/2019.

ASSINATURA: ALLAN THIAGO BARBOSA ARAKAKI.

Anaurilândia, 18 de março de 2019.

.....
ANGÉLICA
.....

EDITAL Nº 015/2019/PJ/AIC

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil, abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, CEP 79.785.000, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>

Inquérito Civil nº 06.2019.00000222-8

Noticiante: Anônimo

Interessado: Município de Angélica/MS

Assunto: Apurar eventual omissão da Prefeitura Municipal de Angélica quanto à instalação de sistema de drenagem pluvial no Bairro Industrial do Município de Angélica/MS.

Angélica/MS, 18 de março de 2019.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça